



## MISCELÂNEA

Revista de Pós-Graduação em Letras

UNESP – Campus de Assis

ISSN: 1984-2899

www.assis.unesp.br/miscelanea

Miscelânea, Assis, vol.8, jul./dez.2010



# **“NO RIO DE JANEIRO É RARO O HOMEM DE LETRAS QUE NÃO É JORNALISTA” – IMPRENSA E LITERATURA DE MÃOS DADAS NA BELLE ÉPOQUE CARIOCA**

Marta Scherer  
(Doutoranda — UFSC — CNPq)

## RESUMO

Este artigo revela intelectuais e situações que mostram como se deu o processo de profissionalização dos escritores no Brasil da virada do século XIX para o XX, considerando, para tanto, o papel da imprensa e o da institucionalização dessa figura social depois da fundação da Academia Brasileira de Letras. O texto mostra que, a partir de então, a convivência entre a cidade letrada e o jornalismo transformou-se, sendo que o segundo tornou-se o caminho da profissionalização da primeira.

## PALAVRAS-CHAVE:

Imprensa; Literatura; *Belle Époque*

## RESUMEN

En este artículo se presenta intelectuales y situaciones que muestran cómo fue el proceso de profesionalización de los escritores en Brasil a finales del siglo XIX al siglo XX, teniendo en cuenta, para tanto, el papel de la prensa y la institucionalización de la figura social de la fundación de la Academia Brasileira de Letras. El texto trae a la luz el hecho de que desde entonces la convivencia entre la ciudad letrada y el periodismo cambió, y el segundo se convirtió en el camino de la profesionalización de la primera.

## PALABRAS CLAVE

Periodismo; Literatura; *Belle Époque*

**R**io de Janeiro, Brasil, 1900. A literatura brasileira por esta época já era uma elegante senhora, que tomava chá e se estabelecia definitivamente em solo nacional. A imprensa, como uma mocinha que chegava à maioridade, passava da forma artesanal para a empresarial e crescia vigorosamente. Entre e dentro de ambas, encontravam-se os homens de letras, que nunca como naquele momento tinham tanto espaço para publicar e circular. A figura do mecenas fora praticamente desterrada junto com a família real e a economia do país sofrera transformações com a chegada da República, com as novas relações comerciais que se instalaram em todas as esferas, inclusive na das artes. Também a vida do intelectual passou por mudanças no conturbado virar de século brasileiro, transformando os literatos em figuras públicas e autênticas celebridades.

João do Rio foi um desses homens célebres e, ao mesmo tempo, um perspicaz observador da crescente importância do jornal e do jornalismo. Para ele, afinal, “o momento não é de devaneios, mas de curiosidade, de informação, fazendo da literatura no romance, na crônica, no conto, nas descrições de viagens, uma única e colossal reportagem” (RIO, 1994, p. 296). Essa imensa reportagem era veiculada nos novos jornais, que trocaram o teor essencialmente panfletário pelo informativo e se desenvolveram no ritmo das mudanças do país, transformando-se em fonte de renda para os escritores que encontravam ali um local de publicação.

Essa profissionalização do trabalho escrito colaborou para a dispersão da outrora vida boemia, institucionalizando os intelectuais em poucos anos, de forma abrupta e quase palpável, com exceção apenas de alguns nomes, sendo exponencial o de Paula Nei. Outros dos mais famosos escritores daquele momento, como Olavo Bilac, Coelho Neto, Aluísio Azevedo ou Guimarães Passos, investiram na fundação da Academia Brasileira de Letras como um meio de encontrar um porto seguro e confiável, como nos explica Jeffrey Needell em *Belle Époque Tropical*:

Os conflitos e a repressão de 1889-97 dispersaram a boemia clássica da década de 1880, com os ataques aos jornais e exílio

de dissidentes, e também dividiram e exacerbaram os ânimos do mundo literário [...]. Para todos, no entanto, o período foi um divisor de águas. A maioria conformou-se com seu afastamento dos esforços pela regeneração nacional e procurou, alternativamente, garantir um modo de vida seguro (isto é, burguês) enquanto mantinham suas identidades de criadores de uma cultura nacional. Bem sugestivo dessa tendência foi a fundação e natureza da Academia Brasileira de Letras (1897) (NEEDELL, 1993, p. 224)

O modelo para a criação da Academia Brasileira de Letras, em 20 de julho de 1897, foi o francês, tendo o consagrado Machado de Assis como primeiro presidente e outros 40 literatos compondo o quadro, exatamente o mesmo número da associação fundada na França em 1635. A criação da ABL significou o fim de um modo de vida “descompromissado” e a implantação das relações institucionalizadas, típicas da vida urbana. Foi o melhor e maior exemplo do que Antonio Candido definiu como “academias literárias — não mais de mocinhos imberbes, cedo dispersados pela vida, mas de respeitáveis senhores, com posição na sociedade.” (CANDIDO, 1985, p. 158). Ainda que desde o início pouco fizesse de prático — a ponto de Olavo Bilac escrever que “e em verdade vos direi que a Academia nada fez, porque os acadêmicos não apareceram” (BILAC *apud* DIMAS, 2006, p. 234), — é como símbolo que se consolidou.

Justificando a existência da Academia e mostrando que esse era mesmo um momento rico na incipiente literatura nacional, importantes livros são publicados e debatidos. Entre tantos, podemos citar os lançamentos de *Dom Casmurro*, em 1900, e, somente em 1902, de *Os Sertões*, de Euclides da Cunha, e de *Canaã*, de Graça Aranha. As obras de não ficção também foram produzidas por autores como José Veríssimo, Araripe Júnior e Sílvio Romero. Para abrigar e dar visibilidade para toda produção, o suntuoso prédio da Biblioteca Nacional começou a ser construído em 1905, no coração da Avenida Central, marco da “civilização” brasileira.

“Os tempos mudaram, meu caro”. A frase, dita por um suposto interlocutor de João do Rio ao final do livro *Momento Literário*, fez referência às

novas condições profissionais dos homens de letras, que precisavam enfrentar a concorrência, o trabalho excessivo, a falta de pagamento, mas que, por outro lado, conquistaram “um lugar ao sol”. E, para continuar brilhando, precisavam se fazer notar, conquistar o público. Assumindo esse novo papel, tomaram seu lugar em um Brasil que “transforma-se, civiliza-se” e fizeram com que a realidade fosse a de que “hoje o jornalismo é uma profissão, quando antigamente era um meio político de trepar”. (RIO, 1994, p. 294).

Flora Süssekind (1987) reflete sobre essas novas condições de produção e difusão da produção literária, sempre apontando como hegemônico o papel da imprensa na produção cultural brasileira do período. A autora mostra como os homens de letras se apropriaram dos novos recursos para transformar a própria técnica literária, num estreitamento entre literatura e os meios de massa. A vida intelectual da “Belle Époque” se constituía dentro da grande imprensa, sendo o caminho mais viável para ser lido e debatido pelos poucos leitores de que o Brasil dispunha.

Apesar dos periódicos terem sido sempre o veículo privilegiado dos homens das letras, ainda mais recordando a situação de analfabetismo gritante que havia no país, o pagamento pelo trabalho em jornais e revistas foi uma novidade para os padrões brasileiros. Somente no final do século XIX é que foi possível retirar o sustento do jornal, ainda que de forma precária.

Em seu conhecido livro *Vida Literária 1900*, o crítico Brito Broca (BROCA, 1991, p. 117) explica que esses intelectuais trabalharam muito para ter a “pretensão” de viver da literatura em pleno início de século, algo difícil até os dias de hoje. O jornalismo, tendo como pioneiro a *Gazeta de Notícias*, trouxe a valorização econômica para a literatura. Um dos mais exponenciais representantes do grupo é Olavo Bilac, que sempre escreveu uma crônica diária em mais de um jornal e lutou pelo profissionalismo literário. Sua opinião sobre o tema é colocada de forma clara em crônica de 1897, com a qual “logo depois de deixar muito claro que o escritor não escreve tão-somente por necessidade íntima ou por vaidade intelectual, Bilac aniquila, por completo, a noção

romântica do poeta indiferente às necessidades cotidianas” (DIMAS, 2006, p. 137). É esse o cronista que afirma:

Ninguém escreve unicamente pela satisfação de escrever. Quem assina estas linhas já uma vez disse, num soneto, que não fazia versos ambicionando das néscias turbas os aplausos fúteis; mas isso foi uma descaradíssima mentira rimada. Quem escreve, quer os aplausos fúteis das turbas néscias, e quer ainda ver pago o seu trabalho, não só em louvores, mas também em dinheiro. Escrever por escrever, é platonismo, que, como todos os platonismos, é inepto e ridículo. (BILAC, 1897)

A passagem da boêmia para a profissionalização foi marcada por conflitos oriundos da dificuldade de aceitar o periodismo como gênero literário, problema vivido também em outros países, sempre criando polêmica. Enquanto em plena revolução francesa Mirabeau criticava a “literatura feita para fins comerciais”, cem anos depois e do outro lado do Canal da Mancha, Bernard Shaw afirmava que “o periodismo é a mais alta forma de literatura” (MARTINS, 2001, p. 140). Como em outros lugares, aqui também os homens de letras buscavam encontrar no jornal o que não encontravam no livro — popularidade e dinheiro: “A minha geração, se não teve outro mérito, teve este, que não foi pequeno: desbravou o caminho, fez da imprensa literária uma profissão remunerada, impôs o trabalho”, afirma Bilac na introdução do livro *Ironia e Piedade*. (BILAC, 1916, p. 8).

Há que se ressaltar a importância da *Belle Époque* no desenvolvimento das condições sociais para a profissionalização dos intelectuais. A própria existência da profissão de escritor era uma realidade até pouco impensada, mas que, gradativamente, torna-se socialmente aceita e respeitada por meio do trabalho dos homens de letras. São os membros do grupo que poucos anos antes Bilac admirava e com os quais se entusiasmava, não tanto pelo talento, porém pelo “seu trabalho, a abnegação com que [e/e] se atira a esta profissão rude em que a cabeça ganha louros, as calças ganham remendos e os paletós, por falta de reforma, perdem a cor”. (BILAC, 1894). A partir daí a convivência entre a cidade letrada e o jornalismo transforma-se, sendo que o segundo torna-se o caminho da profissionalização do primeiro.

“No Rio de Janeiro é raro o homem de letras que não é jornalista; isso explica-se pelo fato de ser a literatura de jornal muito mais rendosa do que a literatura de livros” (BILAC, 1895). A constatação de Bilac, feita por alguém que estava dentro do sistema, é comprovada quase um século após no trabalho realizado por Machado Neto e que resultou no livro *Estrutura Social da República das Letras*. Ao estudar 60 intelectuais atuantes no final do século XIX e início do XX, dentre os quais estava Olavo Bilac, o autor mostra que mais de dois terços trabalhavam no jornalismo como forma de garantir o próprio sustento e o da família. A atividade, por vezes, era complementada com o magistério e, sobretudo, em cargos públicos.

Distante do sonho dos românticos, que imaginavam uma vida literária sustentada pela arte, a viabilização econômica apareceu por meio do jornalismo. Embora seja apontado como a indústria que massificava a escrita e a leitura, o periodismo “criou a profissão e fez trabalhar, aclarou o espírito da língua, deu ao Brasil os seus melhores prosadores”, como afirmou Júlia Lopes de Almeida no livro *O Momento Literário*, espécie de enquete promovida por João do Rio. A escritora conclui que, para o Brasil, a vida de imprensa é um bem, e que “nós todos somos um resultado do jornalismo” (RIO, 1994, p. 33).

É fato que para outros a atividade mata a arte; entretanto, as centenas de empregos criados pelo surgimento de novos periódicos em uma capital que viu sua população quase dobrar na virada do século não podiam ser desprezadas: “Durante esse processo de modernização, conceitos como profissionalização e massificação passam a ser sinônimos, o que explica o misto de empolgação e resistência com que é visto o trabalho da imprensa nos depoimentos a João do Rio” (COSTA, 2005, p. 25), afirma Cristiane Costa ao referir-se ao já citado *O Momento Literário*. A autora também mostra como a divisão entre arte e dinheiro já é algo consciente entre os entrevistados, constituindo uma dicotomia entre o campo literário em oposição ao jornalístico, embora a ele vinculado.

É essa vida no jornalismo que permite a profissionalização dos homens de letras uma das principais inquietações de Olavo Bilac, pois “a remuneração pelo trabalho intelectual, com menor ou maior veemência, sempre foi um dos tópicos da trajetória de Bilac pela imprensa.” (DIMAS, 2006, p. 54) Ao contrário das gerações anteriores, formadas por José de Alencar ou mesmo Machado de Assis, que eram diplomados e viviam da profissão em que se graduaram, a chamada geração boêmia inovou ao receber para escrever. A resposta de Medeiros e Albuquerque a João do Rio é clara e prática: se os literatos tinham de tirar o sustento de algum lugar, por que não da vida de imprensa? No ofício de jornalista, inclusive, pode haver artes, afirma o escritor, que diz que tanto a literatura quanto o jornalismo visam ao mesmo fim, que é o de “usar as palavras escritas para impressionar cérebros humanos, fazer vibrar inteligências e corações” (RIO, 1994, p. 73).

O intelectual da virada do século é um integrante da classe média urbana que vive do seu trabalho — ainda que as sinecuras sejam muitas, é o salário recebido pelas publicações que os literatos consideram como verdadeira emancipação da classe, ainda que subordinada ao mercado. Já no final dos anos 80 do século XIX, os jornais *Gazeta de Notícias* e *Cidade do Rio* acolhiam os literatos, pagando até 70 mil réis por sua colaboração. José Veríssimo recebia como ordenado, em 1890, 300\$000 para escrever os artigos de fundo do *Jornal do Brasil*. (SODRÉ, 1976, p. 297)

Houve, por certo, um movimento de resistência e muitos literatos, no início dessa profissionalização, criticavam os que recebiam para escrever, sendo Bilac e Coelho Neto os preferidos como alvo de críticas. Mas exemplos sobram na história: em 1890, Joaquim Nabuco recebia 35 libras mensais para ser correspondente de Rodolfo Dantas, mandando da Inglaterra artigos contra a República. Em 1897, os maiores jornais enviaram correspondentes para Canudos. *O Jornal do Commercio* pagava entre 30\$000 e 50\$000 a colaboração, *O Correio da Manhã*, 50\$000. Monteiro Lobato, em carta escrita a Godofredo Rangel na mesma época, conta que recebera 10\$000 por cada

artigo ou tradução para *O Estado de São Paulo*. Na *Tribuna de Santos*, um redator recebia 900\$000 mensais e o mesmo Lobato escrevia cinco artigos por mês a 10\$000 cada. Na citada carta, explica que com 40\$000 paga dois meses de aluguel e comenta que isso é uma "maravilha" (MARTINS, 2001, p. 138). A profissionalização era irreversível.

A estabilidade no emprego e até mesmo o pagamento de artigos e colaborações, no entanto, estavam intimamente ligados ao prestígio e à repercussão do autor junto ao público, numa via de mão dupla: também o autor, para vender, tinha de ter seu nome na vitrine da imprensa. Mesmo novas formas de escritas — como a crônica moderna, — temáticas e estilos são determinados pela conjunção. A imprensa afirmava sua supremacia na produção literária, mas, se por um lado era gratificante ver as contas pagas pelo trabalho jornalístico, por outro era castrador ver a produção ser controlada pelos padrões impostos pela nova feição mercadológica da imprensa. As reclamações de cortes, estilos e privilégios conviviam com a realidade de que fora deste ambiente tampouco havia saída.

É outra vez Monteiro Lobato quem deixa testemunha desta situação ambígua que era corrente entre os intelectuais, quando reclama que "o jornal sufoca todas as tentativas de literatura, com seus repórteres analfabetos, com a sua meia língua engalicada, com seus críticos de camaradagem ou de passa cá 5 mil réis". Entretanto, em outra carta se mostra animado com o surgimento da *Revista do Brasil*: "que pelos modos vai ser coisa de pegar, como tudo o que brota do Estado, empresa sólida e rizomática" (CRUZ, 2000, p. 186).

O jornalismo se tornou assim uma opção de renda viável para quem pretendia viver das letras num país de analfabetos. O próprio Aluísio Azevedo, por vezes citado como exemplo de intelectual que viveu da pena, somente o fez devido a uma intensa atuação em jornais. E Humberto de Campos é bastante sincero quando usa desta analogia para explicar de onde vem sua subsistência: "Quem tem fome não planta árvores de luxo, que só produzem ao fim de cinco anos; planta leguminosas comuns que frutificam em cinco semanas. Foi o que

eu fiz” (NETO, 1973, p. 77) O repórter por excelência dos 1900, João do Rio, deixou testemunho da profissionalização da imprensa em crônica na qual transcreveu uma das tantas conferências que proferiu:

O Jornal é hoje uma empresa comercial em toda parte do mundo. Há empresas que pagam bem e outras que pagam mal. As latinas pagam mal. Deixemos de parte os proprietários. Estes arriscam capitais e responsabilidade aqui, num país que tem muitos jornais e não tem quinhentos mil leitores ao todo. Falemos dos que fazem os jornais e para os quais não há a menor complacência. Quanto ganha um secretário de jornal no Rio, para estar todo o dia, do meio dia à meia-noite na redação, lembrar-se de tudo, ordenar tudo, ler tudo? O que mais ganha tem 1:200\$000. Há os de 800\$00 e até de 500\$000. A tabela mesmo é de 600\$000. [...] O redator que consegue ganhar mais no Rio, o mais aclamado, não passa de 600\$000 (MAGALHÃES, 1978, p. 78).

Se ganhar o pão era simples, mesmo que as letras no Brasil ainda não dessem para a manteiga, como contava a anedota de Valentim Magalhães, tampouco significava uma vida tranquila. Numa época em que os direitos autorais não eram respeitados, existiram diversos outros depoimentos da precariedade da profissão, como este de Olavo Bilac: “Os editores queixam-se sempre, porém as suas casas prosperam, e tu, Valentim Magalhães, e o mais ilustre mestre Machado de Assis, não passamos todos de uns pobretões que pensamos para servir os editores, os quais ganham bem e nos pagam mal”. (BILAC, 1896).

A ganância dos editores é um dos motivos apresentados para que o homem de letras não pudesse sobreviver dos livros. Bilac chama-o de “bicho impassível e astucioso, essa raposa de sobre-casaca, esse judeu disfarçado” (BILAC, 1896), em crônica que acusa a Casa Laemmert de se apropriar de títulos estrangeiros, fazer traduções com “sapateiros”, tirando “o pão da boca” dos escritores brasileiros. Já Lima Barreto ataca a Casa Garnier, por ser o único “desaguadouro da produção literária nacional” e exercer sobre as edições um “monopólio nem sempre favorável a nós” (MARTINS, 2001, p. 24). O costume na época de traduzir e publicar livros estrangeiros, sem nenhum pagamento aos autores e em detrimento dos escritores nacionais, fez com que a crônica

bilaquiana assumisse papel de denúncia e se transformasse quase num manifesto:

Mas quero que este artigo seja como um prefácio, uma sorte de ensaio de armas. Que antes de cuidar dos cinco ou seis volumes que aqui tenho sobre a mesa deixe-me chamar às contas um editor! Um editor! — esse bicho impassível e astucioso, essa raposa de sobre casaca, esse judeu disfarçado [...] E aí têm os senhores o serviço grande prestado às letras brasileiras pela casa Laemmert! A coleção econômica ainda não deu de comer a um autor, a um tradutor, a um compositor, a um revisor, a um brochador do Brasil. (BILAC, 1896).

Outra preocupação do intelectual de então era a falta de unidade e de proteção da classe. Até por não constituírem um grupo uniforme, com membros oriundos e pertencentes a diversas classes sociais, os escritores e jornalistas não contavam com benefícios ou aposentadorias, o que fazia com que muitos terminassem a vida em condições de mendicância ou pobreza, como o exponencial caso de José de Patrocínio. Depois de ter sido o “pai” da abolição, de ter dirigido um dos mais importantes jornais do país, o *Cidade do Rio*, de ter sido mecenas de quase uma geração e, sobretudo, de ter desfrutado de glória e fortuna, Patrocínio terminou seus dias em uma modesta casa no subúrbio.

A falta de uma entidade que organizasse e reunisse os profissionais de imprensa perpassa a vida profissional de Olavo Bilac, como bem mostram duas crônicas publicadas sobre o tema, porém com dez anos de diferença. Os textos antecipam temas que viriam a resultar na criação da Associação Brasileira de Imprensa, em 1908, entre cujas propostas da ata inaugural estava a de “manter uma caixa de pensões e auxílios para os sócios e suas famílias, estabelecer um serviço de assistência médica e farmacêutica e instituir o Retiro da Imprensa, com enfermaria e residência para os velhos e enfermos” (MELO, 2005, p. 110). Uma década antes, numa crônica publicada em *A Bruxa*, Bilac já tratara do assunto ao afirmar que todas as profissões têm leis que asseguram seus direitos, mas que a sociedade não admite que o trabalho literário seja como outro qualquer. Em 1907 Bilac segue na mesma linha ao escrever que

O Rio, São Paulo, todas as cidades principais do Brasil possuem sociedades de assistência e beneficência para cada classe de trabalhadores. Não há estivador, nem sapateiro, nem pedreiro, nem alfaiate, nem operário de qualquer especialidade, que não tenham, em caso de moléstia passageira, ou de invalidez irremediável, a sua caixa de pensões, o seu hospital, o seu amparo de mutualidade. Só não tem isso o rabiscador de notícias e de artigos. É este o proletariado mais infeliz, mais privado de socorro na moléstia e na velhice (BILAC, 1907).

Um ponto comum e interessante entre os dois textos é o final, pois em ambos Olavo Bilac traz para a própria classe a responsabilidade pelas conquistas profissionais. É claro ao pedir que os jornalistas se afirmem e tomem seu “lugar ao sol”, pois “respeitando a nós mesmos, conquistaremos o respeito do público. E, quando tivermos conquistado isso, os que nos exploram, os que especulam com nosso trabalho hão de ir com menos sede ao pote”. (BILAC, 1897). Uma década depois o tom de encerramento da crônica publicada na capital paulista é o mesmo, conclamando a classe a exigir de si própria uma solução para a providência, pois não acredita que os proprietários dos veículos de comunicação ou o governo brasileiro o fará.

A preocupação procede, pois apesar de ser poeta aclamado — pela crítica e, sobretudo, pelos leitores — chegando a vender quatro mil exemplares do *Poesias* em apenas um ano, não era dos versos que vinha o dinheiro para a vida confortável de Olavo Bilac. Assim como a maioria dos intelectuais da *Belle Époque*, era o jornal e não o livro que pagava as contas no final do mês. Os demais luxos que podia ter provinham do fato de ser solteiro e de outras fontes de renda, como o pagamento que recebia ao realizar conferências, por exemplo. Com sua costumeira ironia, brinca com sua situação financeira em crônica publicada no jornal *A Notícia* em 1906:

Mas, realmente, quem faz arte, literatura, jornalismo, no Brasil, ganha tanto dinheiro — que não se compreende como um artista, um literato, um jornalista, possa morrer pobre. O que não deve espantar, justos céus! É que morram pobres tantos industriais e tantos banqueiros que — coitadinhos — nunca puderam ganhar vintém!... Eu, por mim, confesso que estou contente com a sorte: tenho apenas vinte anos de trabalho na imprensa e já possuo, para consolo da velhice, oitocentos

prédios e quatro mil apólices... Verdadeiras — em que se transformaram as rendas dos meus artigos. Não vão espalhar por aí a confiança: se não aparecem-me em casa vários banqueiros a pedir-me dinheiro emprestado (PONTES, 1944, p. 322).

No ano seguinte, deixa de lado o tom jocoso e relembra os caminhos que a sua geração havia percorrido para chegar à profissionalização. Em três de outubro de 1907, quando comemorava uma década à frente da crônica semanal do *Gazeta de Notícias* e também o aniversário de seu *Poesias*, foi homenageado com um elegante e concorrido banquete, no qual estavam presentes não só os membros da *intelligentzia* carioca, como os políticos e a alta sociedade. No discurso de agradecimento, sua maior ênfase foi dada ao novo modelo de escritor que os anos 1900 tinham trazido, endereçando aquela homenagem para os colegas, “os responsáveis pela mudança intelectual do país”, ao enfrentarem preconceitos e se posicionarem como profissionais, transformando o que era um passatempo num ofício:

Aluímos, desmoronamos, pulverizamos a pretensiosa torre de orgulho e de sonho em que o artista queria conservar-se fechado e superior aos outros homens; viemos trabalhar cá embaixo, no seio do formigueiro humano, ansiando com os outros homens, sofrendo com eles, padecendo com eles todas as desilusões e todos os desenganos da vida; e isso, porque compreendemos em boa hora que um homem, por mais superior que seja, ou por mais superior que erradamente suponha ser, aos outros, não tem direito de fechar os olhos, os ouvidos, a alma, às aspirações, às esperanças, às dúvidas da época em que vive: — quem faz isso comete um crime de lesa-humanidade. Assim, não nos limitamos a adorar e a cultivar a Arte pura, não houve problema social que não nos preocupasse, e sendo “homens de letras”, não deixamos de ser “homens” (BILAC, 1927, p. 79).

## Referências bibliográficas

BILAC, Olavo. *Ironia e Piedade*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1916.

\_\_\_\_\_. *Últimas conferências e discursos*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1927.

BROCA, Brito. *Naturalistas, Parnasianos e Decadistas: vida literária do Realismo ao Pré-Modernismo*. Campinas: Editora da Unicamp, 1991.

CANDIDO, Antonio. *Literatura e sociedade*. 7.ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1985.

COSTA, Cristiane. *Pena de aluguel: escritores jornalistas no Brasil 1904-2004*. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

COUTINHO, Afrânio. *A literatura no Brasil*. Vol. II. Rio de Janeiro: Editorial Sul Americana, 1955.

CRUZ, Heloisa de Faria. *São Paulo em papel e tinta: periodismo e vida urbana — 1890-1915*. São Paulo: EDUC; FAPESP; Arquivo do Estado de São Paulo; Imprensa Oficial SP, 2000.

DIMAS, Antônio. *Bilac, o jornalista: ensaios*. São Paulo: Imesp, 2006.

\_\_\_\_\_. *Bilac, o jornalista: crônicas*. v. 2. São Paulo: Imesp, 2006.

MACHADO NETO, A. L. *Estrutura social da República das Letras — sociologia da vida intelectual brasileira — 1870-1930*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1973.

MAGALHÃES JR., Raymundo. *A vida vertiginosa de João do Rio*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

MARTINS, Ana Luiza. *Revistas em revista: imprensa e práticas culturais em tempos de República, São Paulo (1890-1922)*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo; FAPESP; Imprensa Oficial do Estado, 2001.

MELO, José Marques de. *Imprensa brasileira: personagens que fizeram história*. São Paulo: Universidade Metodista de São Paulo; Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2005.

MICHELI, Sérgio. *Poder, sexo e letras na República Velha: estudo clínico dos anatolianos*. São Paulo: Perspectiva, 1977.

NEDELL, Jeffrey. *Belle Époque tropical: sociedade e cultura de elite na virada do século*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

PONTES, Eloy. *A vida exuberante de Olavo Bilac*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1944.

RIO, João do. *O momento literário*. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, 1994.

SODRE, Nelson Werneck. *História da imprensa no Brasil*. 4 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1976.

SÜSSEKIND, Flora. *Cinematógrafo de letras — literatura, técnica e modernização no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

### **Crônicas / Periódicos**

BILAC, Olavo. Crônica Livre. *Gazeta de Notícias*. Rio de Janeiro, 15/02/1894

\_\_\_\_\_. *Teatros. A Cigarra*. n. 3 . Rio de Janeiro, 23/05/1895

\_\_\_\_\_. *Livros Novos. A Bruxa*. Rio de Janeiro, 10/04/1896

\_\_\_\_\_. *Livros Novos. A Bruxa*. Rio de Janeiro, 22/05/1896

\_\_\_\_\_. *Crônica. A Bruxa*. Rio de Janeiro, janeiro de 1897.

\_\_\_\_\_. *Diário do Rio. Correio Paulistano*. São Paulo, 06/04/1907.

---

Artigo recebido em 30/05/2010 e publicado em 08/11/2010.